

# Expedição Científica Roosevelt-Rondon. Um Aspecto das Relações Brasil - EUA e da Consolidação do mito Rondon

Carlos Martins Junior\*

Entre novembro de 1913 e maio de 1914 ocorreu, em Mato Grosso, a “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”. Realizada durante o processo de consolidação da fronteira noroeste do Brasil, tal experiência foi narrada por Theodore Roosevelt no livro *Through the Brazilian Wilderness*, publicado em 1914. Acentuando a interpretação de que a Expedição obedecia a princípios puramente “científicos” e formulando um perfil de Rondon como homem de “ciência” e “civilizador” das populações indígenas, elementos referenciais para a construção do culto à sua personalidade, Roosevelt contribuiu para obscurecer as reais motivações que ensejaram o evento. Acompanhando o processo histórico que ensejou a Expedição, pretendo apontar que sua execução atrelou-se aos projetos de colonização em desenvolvimento em Mato Grosso e à política pan-americanista praticada pelo Ministério das Relações Exteriores.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Colonização. Rondon.

Between November 1913 and May 1914 there occurred, in Mato Grosso, the “Roosevelt-Rondon Scientific Expedition”. Carried out during the consolidation process of the north-

R eferindo-se à “grande expedição de reconhecimento” ao Madeira, explicitou Rondon, em uma de suas conferências, que nenhum outro rio suscitou tantas e tão duradouras dúvidas, como o correspondente à nascente descoberta a 16 de julho de 1909, à qual foi dado o nome de cabeceira do Uru. Entre os membros da “coluna exploradora” composta por ele, pelos tenentes Lira e Amarante, e pelo zoólogo do Museu Nacional Alípio de Miranda, alguns consideravam que as águas daquela cabeceira corriam para o Guaporé, enquanto outros entendiam que elas seriam do Madeira. O problema precisava ser estudado e resolvido, tanto pelo interesse despertado do ponto de vista “potamográfico”, quanto para o prosseguimento dos trabalhos de constru-

---

\* Professor Titular de História. Campus de Aquidauana/UFMS. [cmartins@dr.com](mailto:cmartins@dr.com)

west frontier of Brazil, such experience was narrated by Theodore Roosevelt in his book *Through the Brazilian Wilderness*, published in 1914. By enhancing the interpretation that the Expedition followed merely “scientific” principles and by drawing a profile of Rondon as a man of “science” and a “civilizer” of indigenous populations, major elements for building up the cult to his personality,

Roosevelt helped to make the true motivations of the event obscure. Following the historic process which motivated the Expedition, I intend to point out that this enterprise was linked to the settlement projects under way in Mato Grosso and to the pan-American policy practiced by the Ministry of Foreign Affairs.

**Key words:** Mato Grosso. Settlement. Rondon.

---

ção da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, cujos trabalhos de reconhecimento do território haviam sido iniciados em 1907.

Para examiná-lo de perto, foram constituídas três turmas. Uma delas, dirigida pelo tenente Amarante, ficou encarregada de prolongar o reconhecimento na direção Norte. A segunda, com o tenente Lira, dirigiu-se para o Oeste; e a terceira comandada por Rondon, seguiu primeiro para o Sul, depois para o Noroeste, descobrindo um novo ribeirão, que pareceu ao Comandante ser a “primeira água vertente do chapadão para o vale do Guaporé, em cujo rio ela entra, provavelmente, pela foz denominada Corumbiara”<sup>1</sup>. Disso resultou a eliminação da hipótese de correrem as águas da cabeceira Uru para o Guaporé, ficando, pois, resolvida a primeira dúvida ensejada pelo curso do rio correspondente àquela nascente.

Quando as turmas de Rondon e do tenente Lira retornavam para o Leste, depararam com outro riacho com largura aproximada de 12 metros correndo no sentido nor-noroeste. Nova controvérsia surgiu: de onde provinha ele? Da cabeceira do Uru, ou do rio denominado Toloiry-inazá? Não sendo possível responder a pergunta na ocasião, decidiu o Comandante assinalar aquelas águas com o nome de “Dúvida”, por considerar serem elas as mesmas que lhe haviam acabado de criar tantos problemas na discriminação das bacias do Guaporé e do Madeira.

Na seqüência dos serviços de “reconhecimento”, a “coluna expedicionária” de 1909 teve novamente de atravessar o curso daquelas águas, justificando mais uma vez o nome assinalado para elas por Rondon. Pois enquanto para ele os homens ainda estavam no “Dúvida”, entendia o tenente Lira tratar-se de outro rio.

---

<sup>1</sup> RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1916, p. 87.

Terminada a “expedição de 1909”, quando se tornou necessário reunir num único conjunto os elementos geográficos da área explorada, pareceu lógico ao serviço de Cartografia da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ou “Comissão Rondon” como ficou popularmente conhecida, mapear o rio da “Dúvida” como afluente do Comemoração de Floriano, o qual, com o Pimenta Bueno, formam o Ji-Paraná. Esse quadro persistiu até junho de 1913, quando o tenente Amarante, encarregado de proceder ao levantamento completo do Comemoração de Floriano, reconheceu não ser correta a hipótese de ser o “Dúvida” seu afluente. Avisado, Rondon formou a opinião de que, nesse caso, o “Dúvida” só poderia ser a parte superior de um rio conhecido, pela sua foz no Madeira, com o nome de Aripuanã.

Por outro lado, sabendo-se que, em certa altura, o Aripuanã dividia-se em dois braços, tornava-se impossível determinar de antemão a qual deles correspondia o rio descoberto durante a “expedição de 1909”, sendo esta uma outra questão importante a ser resolvida. Reconheceu Rondon, que só a exploração e o levantamento completo do rio da “Dúvida” podiam fornecer os dados para que fossem eliminadas todas aquelas dificuldades.

Foi nessas circunstâncias e nesse cenário que se desenrolou, de 11 de novembro de 1913 a 5 de maio de 1914, a “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” cuja experiência Theodore Roosevelt descreveu no livro *Nas Selvas do Brasil*, publicado nos Estados Unidos em 1914 com base nos artigos por ele redigidos durante a viagem<sup>2</sup>. Obra classificada pelo coronel Amílcar Botelho de Maga-

---

<sup>2</sup> ROOSEVELT, Theodore. *Nas Selvas do Brasil*. Tradução de Luiz Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. Publicado com o título original de *Through the Brazilian Wilderness* o livro era, como esclareceu o autor, “um relatório sobre o reconhecimento zoo-geográfico do sertão brasileiro”. Nascido em Nova York a 27 de outubro de 1858, Theodore Roosevelt graduou-se pela Universidade de Harvard, em 1880. Dois anos depois, tornou-se membro do legislativo de sua cidade natal, permanecendo no cargo até 1884. Nomeado pelo Presidente Harrison, em 1889 compôs a junta de serviços civis dos EUA. Subsecretário da Marinha no governo do Presidente McKinley; organizador do 1º Regimento de Cavalaria dos Voluntários dos Estados Unidos ao principiar a guerra hispano-americana; governador nomeado de Nova York. Eleito Vice-presidente da República, em 1900, com o assassinato do Presidente McKinley no ano seguinte, “aquele maldito vaqueiro”, como o chamava Mark Hanna, secretário do ex-presidente, assumiu seu primeiro mandato presidencial. Reeleito em 1904, advogou a necessidade de um exército maior e de uma poderosa armada para os EUA, não escondendo a intenção de ver a expansão econômica e política do país. Em junho de 1905, tomou a iniciativa de uma aproximação entre a Rússia e o Japão, em guerra. A

lhães, principal cronista da “Comissão Rondon”, como pertencente “ao raro número das que se cingem à verdade dos fatos e que revelam da parte do autor qualidades de justa observação dos homens e das coisas”<sup>3</sup>.

Ao que parece, o projeto de empreender uma viagem ao interior da América do Sul, teria sido inicialmente apresentado a Theodore Roosevelt, em 1908, por um velho amigo, o padre Zahn, que há pouco retornara de uma excursão aos Andes e à Amazônia. Na época, o Presidente estava no final de seu mandato. Seria sucedido, a 4 de março de 1909, por William Howard Taft, e já planejava aproveitar a “folga” para ir à África onde caçaria animais selvagens, uma de suas atividades preferidas, costumeiramente praticada no estado de Dakota<sup>4</sup>. No ano seguinte, percorreria vários países da Europa. Por isso, a idéia de penetrar o continente através dos rios Paraguai, Tapajós, Negro e Orenoco, com destino final em Caracas, só seria retomada em 1913, ano em que aceitou os convites dos governos brasileiro e argentino para realizar uma série de conferências em algumas associações culturais desses países.

O Barão do Rio Branco havia falecido em 10 de fevereiro de 1912. Para substituí-lo no Ministério das Relações Exteriores, o marechal Hermes da Fonseca nomeou o engenheiro militar Lauro Müller. Como parte de seu programa de estreitamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, teria o novo ministro atendido ao desejo manifestado por Roosevelt de atravessar o interior do país, organizando para acompanhá-lo uma comissão brasileira chefiada por seu ex-colega de Escola Militar da Praia Vermelha, o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Segundo consta, este só aceitou a incumbência mediante o compromisso de que a viagem assumisse caráter oficialmente “científico”, vinculando-a a interesses “de utilidade para a nossa Pátria”, entre eles o necessário levantamento geográfico do rio da Dúvida e região<sup>5</sup>.

---

assinatura do termo de paz de Portsmouth lhe valeu a obtenção do Prêmio Nobel da Paz de 1906, justamente o ano em que autorizou a intervenção em Cuba. Ver a respeito, PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “Theodore Roosevelt”. Vultos da Geografia do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano VI, n. 3, julho/ setembro de 1944, p. 371-374.

<sup>3</sup> MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929, p.205.

<sup>4</sup> Cf. PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Op. cit., p. 371.

<sup>5</sup> Cf. RONDON, Cândido Mariano da Silva. Op. cit., p. 89.

A incorporação de objetivos “científicos” à Expedição também aparece na versão do estadista norte-americano:

Quando parti dos Estados Unidos, tencionava fazer inicialmente uma expedição dedicada ao estudo de mamíferos e aves para o Museu Americano de História Natural de Nova York. [...] A finalidade da expedição foi ampliada porque se lhe deu um caráter geográfico e zoológico em consequência da atenciosa proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, general Lauro Müller. [...] Tinha ele enorme interesse na exploração e no desenvolvimento do interior do Brasil e estava convencido de que a minha expedição seria de grande alcance para tornar o país mais conhecido no exterior.<sup>6</sup>

Theodore Roosevelt contatara o padre Zahn e o diretor de ornitologia do Museu de História Natural de Nova York, que colocou à sua disposição dois naturalistas “velhos conhecedores das florestas tropicais da América”: o estudioso de mamíferos Leo Miller, que naquele momento encontrava-se na “floresta da Guiana”, e o especialista em ornitologia George Cherri. Sobre o caráter e as atividades deste último, Roosevelt teceu um comentário no mínimo curioso:

Cherri passara na América tropical cerca de vinte e dois anos coligindo material científico. Como a maioria dos naturalistas que tenho conhecido, era extraordinariamente destemeroso e eficiente, porém de espírito aventureiro ao ponto de ser forçado, por vezes, a interromper seus trabalhos para tomar parte em insurreições. Em consequência disto fora preso duas vezes, sendo que de uma delas ficou três meses recluso e ameaçado de ser passado pelas armas em uma das repúblicas sul-americanas. Em outro país teve ele, numa interrupção de suas pesquisas ornitológicas, de seguir a carreira de *contrabandista de armas* durante dois anos e meio. O chefe revolucionário, cuja causa defendia, subiu finalmente ao poder, e Cherri imortalizou o seu nome em uma nova espécie de tordo. Com esta elegante homenagem ele realizou uma combinação prática entre duas coisas que não têm lá grande afinidade, como sejam: a ornitologia e o contrabando de armas.<sup>7</sup>

Parecia ser grande a simpatia de Roosevelt por esse personagem cujas façanhas, nem tão “científicas”, em diversos países foram inúmeras vezes relatadas em *Nas Selvas do Brasil*.

---

<sup>6</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 17 - 23.

<sup>7</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 20.

Conversávamos constantemente sobre várias coisas, pois tínhamos os mesmos sentimentos e pontos de vista no que concerne aos deveres do cidadão para com sua família, seu semelhante e para com a pátria, em paz ou em guerra.<sup>8</sup>

Assim, mesmo reconhecendo que as histórias pessoalmente contadas, durante a viagem, pelo coronel Rondon a respeito das explorações, das tribos de índios que visitou e das “maravilhosas coisas que viu” tivessem “um cunho de especial encanto”<sup>9</sup>, eram as narrativas de Cherri, “as mais variadas de toda a comitiva”, que efetivamente pareciam impressioná-lo. Protótipo do “naturalista moderno, do mais vigoroso tipo, que se embrenha pelas terras virgens de todo o mundo”, ao acentuá-lo constantemente Roosevelt parecia sugerir que suas histórias revelavam não só aspectos de um temperamento individual inquieto, mas o espírito de iniciativa e aventureiro do próprio homem norte-americano.

Noutra passagem do livro, o ex-presidente destacou, com certa ponta de entusiasmo, a intervenção feita por Cherri no decorrer de uma conversa, em que os membros da comitiva discutiam sobre as melhores armas para a cavalaria:

[...] alguém manifestou sua opinião sobre a excelência da lança, pelo efeito moral que produz no inimigo. Cherrie meneou a cabeça negativamente; e numa simples digressão revelou imediatamente que estava falando com conhecimento de causa, de experiência própria, quando teve de enfrentar uma carga de lanceiros. Tal fato se deu quando lutava ao lado dos revolucionários venezuelanos, num levante malogrado contra a tirania de Castro. Estava de pé, com cinco venezuelanos, homens de sangue frio e bons atiradores. Foram atacados em campo aberto por vinte lanceiros, partidários de Castro, que surgiram galopando, de local imprevisto, a uns duzentos ou trezentos metros de distância. Tratava-se de uma luta sem quartel, na qual os feridos e prisioneiros eram massacrados, justamente como aconteceu com o presidente Madero, no México. Cherrie percebeu logo, que, se os lanceiros chegassem até onde eles se encontravam, significaria sua morte e a de seus companheiros [...]. Ele e os companheiros começaram a atirar com muita segurança e precisão, de sorte que, em poucos instantes, dez dos agressores já tinham rolado mortos, sendo que o que caíra mais próximo não estava mais do que a cinqüenta passos; os outros recuaram em fuga precipitada. Um homem com sangue frio com uma boa carabina, sabendo manejá-la com destreza, não precisa reear coisa alguma.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 23.

<sup>9</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 94 - 95.

<sup>10</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 124 - 125.

Além deles e do padre Zahn, comporiam a expedição o filho de Roosevelt, Kermit, engenheiro especializado na construção de pontes trabalhando no Brasil na época, desaparecido anos depois numa expedição ao Alasca; Anthony Fialla, “antigo explorador das regiões árticas” e que durante a guerra espanhola servira no Esquadrão de Nova York, em Porto Rico; o secretário particular do ex-presidente, Frank Harper e o ex-soldado do exército americano Jacob Sigg. Nas palavras de Roosevelt, a expedição possuía uma feição “tipicamente americana”:

Kermit e eu éramos da velha estirpe revolucionária e em nossas veias corria o sangue de todas as raças existentes deste lado do Atlântico, nos tempos coloniais. O pai de Cherrie nascera na Irlanda e sua mãe, na Escócia; [...] sendo que o pai servira no Regimento de Cavalaria de Iowa durante a Guerra Civil. [...]. O pai do padre Zahn foi um imigrante alsaciano, e sua mãe era, por um lado, de origem americana, descendendo de uma sobrinha do general Braddock. O pai de Miller era alemão e sua mãe francesa. O pai e a mãe de Fialla nasceram na Boêmia, sendo ambos tchecos, tendo servido aquele, durante quatro anos, no Union Army na Guerra Civil. Sua esposa, natural do Tennessee, era também de família revolucionária. Harper era inglês e Sigg suíço. Os nossos credos religiosos eram tão variados como nossas origens étnicas. O padre Zahn e Miller eram católicos; Kermit e Harper, episcopais; Cherrie, presbiteriano; Fialla, batista; Sigg, luterano, e eu pertencia à Igreja Reformadora Holandesa.<sup>11</sup>

Esta forma de representação do grupo, na qual cada um dos elementos era distinguido pela estirpe (é sintomático a esse respeito o assento sobre as origens familiares da esposa de Fialla), pela posição ocupada no interior da sociedade americana, pela pureza da raça branca e pela variedade de credos cristãos (o que de certo modo aparecia como um indicativo da liberdade religiosa resultante da democracia, considerada típica de seu país), determinaria muitas das condutas, das análises e dos comentários tecidos por Roosevelt durante a viagem pelo Brasil. Conforme um analista da história dos Estados Unidos, parte de sua motivação deveria ser atribuída ao forte senso moral que adquirira na Igreja Reformadora Holandesa e sua ênfase calvinista na justiça. Por outro lado, “o amor pelas suas próprias opiniões freqüentemente obscurecia a verdade no espírito de Roosevelt e o levava a pensar que estava acima do direito e das convenções ordinárias”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 21.

<sup>12</sup> LINK, Arthur S., CATTON, William B. *História Moderna dos Estados Unidos*. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 162.

Ao menos dois incidentes ocorridos no transcorrer da expedição parecem ilustrativos a esse respeito. O primeiro, envolvendo o padre Zahn, ausente nos relatos de Roosevelt, foi tratado no livro *Rondon Conta a Sua Vida*, publicado em 1958. O padre havia decidido ficar em Utiariti, rememorou Rondon, no intuito de batizar o maior número possível de Pareci. Como não haveria mais transportes dali em diante, “resolveu ele, muito facilmente, que continuaria sua missão... carregado pelos índios em padiolas”. “Índio foi feito para carregar padre”, teria explicado, afirmando, ainda, que na África havia muitas vezes utilizado esse “meio de condução”. A isso, Roosevelt teria protestado, dizendo que ele não cometeria tal “atentado aos princípios do coronel Rondon”. Depois de “acalorada troca de palavras”, em que ambos chegaram a se insultar até mesmo em latim, o ex-presidente tomou a seguinte decisão: “Se você não pode andar a cavalo, voltará para Tapirapoã acompanhado por Sigg”<sup>13</sup>.

O segundo incidente refere-se à morte do sargento Paixão, assassinado por um soldado do destacamento da “Comissão Rondon”, que após o crime fugiu floresta adentro. Para Roosevelt, era necessário perseguir-lo e matá-lo<sup>14</sup>. Na versão de Rondon o episódio foi narrado da seguinte forma:

Eu e Lyra tínhamos partido à frente, em exploração. Roosevelt mandou um mensageiro nos avisar do ocorrido. Temia uma fuga simulada de Júlio e a resolução, em desespero de causa, de vender caro a vida e a liberdade. Encontrei-o muito excitado.

A partir daí, teria havido o seguinte diálogo entre ambos:

- É preciso mandar ao encalço de Júlio, prendê-lo e matá-lo!
- No Brasil isso é impossível, quem comete um crime é julgado e não assassinado.
- Quem mata deve morrer, assim é em meu país.

Segundo consta, Roosevelt só teria se convencido do contrário frente ao argumento de Rondon, de que seria inútil procurar um homem no “emaranhado da floresta”, e que “por força da circunstância em que ele próprio se colocou”, a fome e a febre tratariam de castigá-lo<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> VIVEIROS, Esther. *Rondon Conta a Sua Vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 394.

<sup>14</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 416.

<sup>15</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 416.



Na manhã do terceiro dia após o crime, encontraram-no a pedir ajuda à margem do rio que desciam em exploração. De acordo com o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, de sua canoa Roosevelt teria chegado a levar a arma ao rosto para fazer pontaria, desistindo, porém, do intento<sup>16</sup>. Na primeira parada, Rondon procurou mostrar a Roosevelt a necessidade de ir buscar o criminoso a fim de entregá-lo à justiça, ao que este não concordou alegando parecer-lhe injusto sobrecarregar a expedição com a guarda de um homem que precisava ser cuidadosamente vigiado. Para ele, a expedição estava em perigo, pois não sabiam onde estavam e quanto deveriam ainda caminhar. Além do mais, havia homens doentes, “deprimidos e quase nus”, sendo necessário, portanto, empregar todos os recursos no sentido de garantir a vida de todos. “– Absolutamente não concordo!”, sentenciou. E voltando-se irritado para Kermit, que procurava intervir, ordenou: “– *Shut up!*”. Ao que o tenente Lira, “sem conseguir se conter”, teria retrucado em português: “– Ele pensa que ainda é presidente!”<sup>17</sup>.

Como concluiu Roosevelt: “Não fomos à procura do assassino [porque] a lei não nos permitia passá-lo pelas armas, apesar de se tratar de um soldado que, de sangue frio, deliberadamente matou outro soldado”<sup>18</sup>. De todo modo, seu desejo de dar cabo ao criminoso, segundo Rondon “uma natureza moral das mais infelizes”, pode ter sido concretizado, pois após sua “efêmera aparição na margem do rio”, o fim que levou tornou-se para sempre um mistério<sup>19</sup>.

Tudo isso é relevante no que diz respeito, tanto aos cuidados com que deve ser abordado o relatório de viagem de Roosevelt, quanto às interpretações que os comentaristas brasileiros fizeram sobre o seu perfil e comportamento pessoal. Nunca é demais ressaltar, que a primeira edição brasileira de *Nas Selvas do Brasil* data de 1944, em meio a circunstâncias semelhantes àquelas que trouxeram o estadista ao país, isto é, da política de aproximação entre Brasil e Estados

---

<sup>16</sup> COUTINHO, Edilberto. Rondon. *O Civilizador da Última Fronteira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1975, p. 18.

<sup>17</sup> Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 416 - 417.

<sup>18</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 197.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Pelos Sertões do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941, p. 180.

Unidos. No Prefácio a essa primeira edição brasileira, o então ministro da Agricultura, Apolônio Salles, acentuou que a análise da vida e da obra de Theodore Roosevelt,

partidário, em seus escritos e discursos, do mais sadio pan-americanismo [...] levamos, por força, a encontrar, na sua figura, uma irrecusável similitude com o vulto, hoje universal, do presidente Franklin D. Roosevelt, membro, como aquele, de uma família notável por todos os títulos. Que mais sincera e viva homenagem poderíamos prestar ao autor desta obra, senão a de, ao aproximá-lo do líder de hoje da grande nação norte-americana, aproveitar o ensejo de apontar a ambos como figuras exponenciais e representativas de um povo irmão, que admiramos, queremos e respeitamos. [...] Nesta hora em que nos empenhamos, ao lado dos Estados Unidos, com as mãos dadas e os corações a baterem sincronicamente, numa luta pela sobrevivência dos mais elevados postulados do respeito aos indivíduos e suas idéias, como às nações e seu direito de existir, mais do que oportuno é o lançamento partidário, em seus escritos e discursos, do mais sadio pan-americanismo desta tradução.<sup>20</sup>

Até então, parte de seu conteúdo popularizou-se, sobretudo, a partir da visão dos militares da “Comissão Rondon”, que durante cinco meses conviveram ao lado do autor. De acordo com o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, por exemplo:

As apreciações de Roosevelt têm para nós duplo valor: 1º porque é o julgamento de um grande homem; 2º porque esse homem era escravo da verdade e da lealdade. As suas afirmativas, a sua convicção, o seu modo de argumentar, inteligente e lógico, deixavam transparecer sempre uma grande energia, fazendo recordar constantemente o homem de estado que assumira a responsabilidade positiva da sua célebre frase: “*I took the Panamá*”.<sup>21</sup>

Dentre as “verdades” ditas por Roosevelt, procurava-se chamar a atenção e reforçar as inúmeras referências positivas ao meio e ao homem do interior do país, ao coronel Rondon e sua obra como diretor do SPI e na construção da linha telegráfica, que “levada a efeito exclusivamente com trabalhadores nacionais, na sua maioria mestiços”, representava “um esforço só excedido pelo que havia sido empregado na abertura do canal do Panamá”<sup>22</sup>. Realizações que apesar de terem

---

<sup>20</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 15.

<sup>21</sup> Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Op. cit., p. 213.

<sup>22</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 216.

o valor reconhecido no Brasil, eram “desconhecidas das sociedades geográficas da Europa e dos Estados Unidos”<sup>23</sup>.

Contudo, enquanto expressão da visão do outro, seus relatos também estavam preenchidos de notas nem sempre lisonjeiras ao meio ambiente percorrido e sua gente. Isto é, de “verdades” a serem esquecidas ou, no mínimo, reinterpretadas. Embora se esforçasse em apontar, com olhar mais de administrador político que de cientista, os melhores locais, em termos de clima e salubridade, para o estabelecimento de futuros pólos de colonização em Mato Grosso e na Amazônia, por vezes Roosevelt entrou em choque com aqueles que pretendiam transmitir uma imagem positiva e ufanista da região, para ele “quase vazia” ou “habitada apenas por índios inamistosos” e que, por esses e outros motivos, continuava a oferecer “perigo à vida do homem”<sup>24</sup>.

Tentando ignorar o calor que o fazia “suar por todos os poros”, os ataques de formigas e o turbilhão de insetos que caíam sobre sua cabeça, pescoço, mãos e papéis enquanto escrevia, com “lápiz-tinta” e dois carbonos intercalados entre as folhas do bloco de anotações<sup>25</sup>, os artigos que se comprometera a mandar, à razão de um dólar a palavra, para um dos grandes jornais de Nova York, acentuou:

Nessas florestas é inacreditável a multidão de insetos que pica, ferroa, persegue e devora as criaturas. A expressão ‘natureza benfazeja’, que não passa de um mito, não iludirá mesmo o mais insignificante ser pensante, se se (sic) vir isolado frente à dureza da vida tropical.<sup>26</sup>

O fato é que a visita de Theodore Roosevelt ao Brasil foi precedida de um clima de críticas e desconfiança, transformando-se em assunto extremamente delicado e polêmico.

Desde o final do século XIX, tornara-se intenso o debate em torno da crescente influência dos Estados Unidos na América Latina e no Brasil. Em *A Ilusão Americana*, livro de grande repercussão, editado em 1893, Eduardo Prado estu-

---

<sup>23</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 110.

<sup>24</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 194 - 110.

<sup>25</sup> CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. *Viagens e Caçadas em Mato Grosso* (Três Semanas em Companhia de Th. Roosevelt). 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949, p. 42.

<sup>26</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 139.

dou o período histórico que se estende de 1823, ano em que foi elaborada a doutrina Monroe, até a época da chamada política do *big stick*, patrocinada pelo Secretário de Estado James Blaine, quando o expansionismo americano inaugurou sua presença armada na América Latina. Crítico do desenvolvimento dos *trusts* e cartéis, defensor do liberalismo econômico, o autor enfocou, entre outros temas, o protecionismo norte-americano e a expansão dos monopólios, procurando demonstrar que a aproximação entre os dois países era extremamente prejudicial ao Brasil, uma vez que, a seu ver, o interesse dos Estados Unidos era obter escoamento para o excesso de sua produção, de modo a não sofrer retração industrial<sup>27</sup>.

Eduardo Prado morreu em 1900, ainda refratário à influência dos Estados Unidos. Rui Barbosa, a quem em grande parte o país deveu a edificação das instituições republicanas segundo o modelo norte-americano, não vacilou em apoiar as suas advertências, cujo livro considerava “feito de ciência, verdade e patriotismo”<sup>28</sup>. Censurou o apelo do governo Floriano para a “intervenção perigosa” dos Estados Unidos, na Revolta da Armada; e a tentativa de erguer uma estátua a Monroe como sinal de reconhecimento<sup>29</sup>. Para ele, um pouco de reflexão e de história seriam suficientes para “advertir na facilidade com que, para os estados fracos, se converte em tutela a intrusão doméstica dos poderosos”, e para saber que a Doutrina Monroe, no uso diplomático pelos Estados Unidos, tivera, em todos os tempos, um “caráter exclusivamente americano”<sup>30</sup>. Era uma “limitação da soberania” das outras Repúblicas, cuja causa a democracia de Washington nunca se irmanara<sup>31</sup>. Vedando o continente à cobiça da Europa, os Estados Unidos não

---

<sup>27</sup> PRADO, Eduardo da Silva. *A Ilusão Americana*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1958. Lançado em plena vigência do estado de sítio devido à eclosão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, o livro teve a primeira edição confiscada pelo governo Floriano Peixoto, sendo o autor acusado de monarquista. A segunda edição apareceu em 1917, ano em que o Brasil declarou guerra à Alemanha.

<sup>28</sup> BARBOSA, Rui. “Continente Enfermo”. In: BARBOSA, Rui. *O Divórcio e o Anarchismo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/ d, p. 133.

<sup>29</sup> BARBOSA, Rui. “Vã Confiança (A Ilusão Americana)”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Op. cit., p. 138.

<sup>30</sup> BARBOSA, Rui. “Doutrina Monroe: sua origem”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 147.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*

fizeram mais do que reservá-lo para os futuros empreendimentos de sua ambição<sup>32</sup>.

Na análise de Rui Barbosa, a “ilusão americana” passara, no Brasil, por várias transformações, sob a influência dos interesses políticos e da ignorância nacional. Sentia-se ele no dever desmascará-la, “porque a nossa consciência não se pode submeter à co-responsabilidade numa falácia, a que a História e a experiência se opõem”<sup>33</sup>.

Embora entendesse que Eduardo Prado, a quem chamara de “panfletário de grande talento”, exagerara ao condenar *in limine* toda a civilização norte-americana, Oliveira Lima foi obrigado a reconhecer, em 1899, que os Estados Unidos realmente caminhavam para se tornar uma grande potência colonial. Eles haviam anexado as ilhas de Hawai, tomado posse de Porto Rico e das Filipinas como despojos de uma guerra que alegavam empreender em nome da “liberdade e da civilização”, e preparavam a invasão de Cuba sob pretexto da manutenção da “ordem pública, desagravo patriótico e sugestão humanitária”. Advertia, então, que “os admiradores brasileiros da América do Norte estavam, com efeito, levando demasiado longe as demonstrações de fraternidade e ameaçavam marear os brios da nação”<sup>34</sup>.

Em 1906, por ocasião da 3ª Conferência Pan-americana realizada no Rio de Janeiro, Oliveira Lima mostrou ainda maiores reservas diante dos Estados Unidos, especialmente em relação ao “neo-monroísmo” praticado pelo presidente Roosevelt. “É *mister* nunca esquecer”, afirmou, “a primitiva doutrina, a de Monroe, visava, no dizer de seu autor, à exclusão das novas conquistas européias do solo americano, então fremente por libertação; enquanto que a nova doutrina, a do Sr. Theodore Roosevelt, proclama, sem ambages, o dever que incumbe - não diz por delegação de quem - aos Estados Unidos de obrigarem as outras repúblicas de seu continente, as famosas irmãs, a cumprirem suas obrigações para com os estrangeiros”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> BARBOSA, Rui. “Vã Confiança (A Ilusão Americana)”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 137 - 139.

<sup>33</sup> BARBOSA, Rui – “Continento Enfermo”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 135.

<sup>34</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *Nos Estados Unidos*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, pp. 372 – 426.

<sup>35</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *O Pan-americanismo* (Monroe, Bolívar, Roosevelt). Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 77.

Em 1912, desenrolava-se nos Estados Unidos a chamada questão Norris. As medidas para sustentação do preço do café, adotadas pelo Brasil desde 1906, encontraram forte resistência norte-americana. Embora os importadores americanos comprassem o produto, nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, por 5 *cents* e meio a libra, vendendo-o, depois de torrado, a 25 ou 30 *cents*, o senador Norris, do estado de Nebraska, declarou que a política de valorização brasileira causava um prejuízo anual de cerca de US\$ 35 milhões à economia de seu país. Acusando o Brasil de manter conchavo com alguma grande corporação internacional, argüiu a violação da Lei Sherman, antitruste, pedindo, em 1911, a abertura de inquérito. O então Presidente Taft acolheu a denúncia, e, de acordo com a petição da *Court of Claims*, de Nebraska, abriu processo contra o Comitê de Valorização.

Em discurso proferido perante a Sociedade Pan-americana, em 30 de maio de 1912, o embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, abordou publicamente, na presença do próprio Secretário de Estado Knox, o caso do café, criticando o endosso por parte do governo americano de “uma doutrina algo arbitrária e inteiramente revolucionária, de pagar a mercadoria dos outros não pelo preço que eles pedem, mas pelo que os Estados Unidos, isto é, os negociantes americanos quiserem pagar”, os quais pareciam “dispostos a impô-la mesmo com o sacrifício de uma velha amizade internacional [...] e com o descuido da consideração devida a um Governo amigo, que toca aos limites da descortesia internacional”<sup>36</sup>. Assim como os sul-americanos tinham muito que aprender dos “novos métodos” com que os Estados Unidos tratavam os países estrangeiros, acrescentou o embaixador brasileiro, “os norte-americanos ainda têm que aprender o caminho dos nossos corações”<sup>37</sup>.

Referindo-se a um telegrama datado de 25 de dezembro de 1912, enviado pelo novo ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, ao embaixador brasileiro em Washington, comentou Moniz Bandeira:

Lauro Müller desaprovou o discurso e Domício da Gama lhe pediu para não divulgar sua atitude, que enfraqueceria a posição da Embaixada brasileira, na questão com as autoridades de Washington. Antes, o Chanceler (Rio Branco) refreava os arroubos pan-

---

<sup>36</sup> BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 188.

<sup>37</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 188.

americanistas de seu embaixador (Nabuco). Mas o falecimento dos dois inverteu a situação. Agora, o Embaixador em Washington precisava conter os excessos servis do Chanceler. Domicio da Gama dizia que o Brasil devia aproximar-se dos latino-americanos [...]. O Brasil, segundo ele, não precisava de uma *proteção hipotética* e sim de *amizade sem dependência*. Domicio da Gama compreendia que os americanos se empenhavam em conquistar o mercado brasileiro e nele conservar e desenvolver sua posição. Convinha aos brasileiros utilizar essa vantagem.<sup>38</sup>

De acordo com alguns dados econômicos, por volta de 1912 os Estados Unidos absorviam aproximadamente 36% das exportações brasileiras. Desde 1870 compravam mais da metade da produção de café e eram os maiores consumidores de cacau da Bahia. Por essa época, perto de 60% da borracha vendida em Nova York procedia da Amazônia. Por outro lado, os produtos americanos ainda não encontravam condições de competir livremente com os europeus, só penetrando no mercado brasileiro mediante o protecionismo tarifário, ao que tudo indica obtido frente à constante ameaça, nunca concretizada, de taxaço da entrada de café no país.

Só no início da Primeira Guerra Mundial, por volta de 1915, os EUA sobrepujariam a Inglaterra e a Alemanha nas relações comerciais com o Brasil, tomando a liderança nas importações e exportações. Antes disso, a competição entre americanos e ingleses não se limitava ao comércio exterior brasileiro. Grupos monopolistas dos dois países disputavam, muitas vezes associados, fontes de matéria-prima e o controle dos meios de comunicação e transportes.

Em princípios da década de 1910, teve início a luta pelo monopólio das minas de ferro no país. Entendendo que o Brasil, exportador de ferro bruto, precisava “fabricar sem excesso de custo” parte das importações de aço que consumia<sup>39</sup>, o presidente Nilo Peçanha tentou concretizar a produção siderúrgica nacional, utilizando-se do meio que lhe parecia mais viável na época: os investimentos ingleses<sup>40</sup>. Durante o governo Hermes da Fonseca o projeto parece ter sido aban-

---

<sup>38</sup> Cf. Id., *ibid.*, pp. 188 – 189.

<sup>39</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 4, 1909, p. 564.

<sup>40</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 67 – 68.

donado, entregando-se à *Brazilian Iron & Steel Company* o monopólio da exportação do minério.

A exploração da eletricidade, cujo monopólio fora entregue ao americano William Reid em 1889 passou, com o apoio do embaixador americano David Thompson, para as mãos do grupo canadense *Light & Power*, que detentor do mercado paulista conquistou o mercado do Rio de Janeiro em 1905.

Aproveitando-se de uma brecha legal aberta pelos governos do Pará e do Amazonas, os quais, em 1902, concederam ao empresário Joaquim Gonçalves Lalor o direito de estabelecer estações radiotelegráficas ao longo dos rios Tocantins, Purus, Madeira e Amazonas como meio de “remediar” a deficiência dos serviços prestados pelos cabos subfluviais da *Western Telegraph Co.*, sujeitos a constantes interrupções, em 1905 a *Amazon Telegraph Co.*, empresa britânica que operava na Amazônia desde 1895, também solicitou concessão para operar com radiotelegrafia na região, no que foi imediatamente seguida pela americana *Wireless Telegraph and Telephone Co.* e pela *Compagnie Française des Cables Telegraphiques*<sup>41</sup>. A batalha que se seguiu envolveu desde a diplomacia, através do Barão do Rio Branco, até juristas congressistas e técnicos da Repartição Geral de Telégrafos, cujos pareceres expressavam tendências mais ou menos liberalizantes, quanto à definição das responsabilidades e da forma de controle da “transmissão do pensamento” no país.

---

<sup>41</sup> Os governos dos estados do Pará e Amazonas agiram com base no artigo 9º da Constituição Federal de 1891, cujos parágrafos 1º e 4º dispunham ser “da competência exclusiva dos estados estabelecerem linhas telegráficas entre os diversos pontos de seus territórios, e entre estes e os outros estados que não se acharem servidos por linhas telegráficas, resguardando-se à União o direito de desapropriá-las quando for de interesse geral”. Alegando que os “interesses dos telégrafos da União” vinham sendo freqüentemente lesados por concessões estaduais e municipais, e apelando para o preceito previsto nos artigos 7º e 34º, números 4 e 15, da Constituição de 1891, os quais definiam, respectivamente, ser de competência da União decretar de Correios e Telégrafos federais, cabendo ao Congresso Nacional legislar sobre tais serviços, em 1908 a Direção Geral dos Telégrafos solicitou que os pedidos de concessão a particulares fossem sustados, até que o Supremo Tribunal Federal decidisse sobre a sua legalidade. Para um aprofundamento do tema, sugiro BHERING, Francisco. *A Propósito da Jurisprudência Telegraphica*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1915; MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *A Radiotelegrafia no Brasil*. Elementos Históricos. Memória Organizada de Ordem de S. Exa. o Sr. Dr. José Barbosa Gonçalves, em dezembro de 1913, pelo Engenheiro Francisco Bhering, Membro da Comissão Mista Civil e Militar de Radiotelegrafia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.



Foi, justamente, nesses primeiros anos do século XX, que o capitalista americano Percival Farquhar voltou suas atenções para o Brasil, tornando-se, em 1905, representante da *Société Anonyme du Gaz* do Rio de Janeiro, empresa vinculada aos interesses da *Light & Power*. A partir daí Farquhar, aos poucos, estenderia seus interesses a outros campos da economia.

Por volta de 1908, a *Brazil Railway Co.*, principal empresa do sindicato representado por Farquhar, adquiriu de um grupo francês a concessão da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Pouco depois, a *Brazil Railways* incorporou a rede ferroviária do Rio Grande do Sul, arrendou a Sorocabana, comprou ações da Mogiana e da Paulista, obteve a concessão da Madeira - Mamoré e os direitos da Vitória - Minas. A essa altura, o Sindicato Farquhar também dispunha de frigoríficos, de indústrias de papel, de cadeias de hotéis e de grandes áreas de terras, além de administrar os portos do Pará (*Port of Pará*) e do Rio Grande do Sul. Simultaneamente, fundara a *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*, com vistas à extração de madeira no Paraná, e a *Amazon Land Colonization Co.*, para a exploração da borracha da Amazônia.

Durante a sua passagem pelas fazendas do pantanal mato-grossense, Theodore Roosevelt teve a oportunidade de visitar a “grande e longínqua empresa” *Brazil Land and Cattle Company*, correspondente à fazenda Descalvado, de propriedade do Sindicato Farquhar e sob a direção de Murdo Mackenzie, “cidadão e criador que não encontraríamos melhor nos Estados Unidos”<sup>42</sup>. Conforme seu relato, receberam-no “calorosamente” o administrador McLean e seu assistente Ramsey, “velho amigo do Texas”. Entre os outros auxiliares, informou, havia alguns belgas e franceses, talvez remanescentes do Sindicato Belga *Produits Cibils* de quem a empresa foi adquirida, sendo a mão-de-obra composta de paraguaios, brasileiros e de “uns poucos índios”. Segundo o visitante, formavam “um grupo disposto; todos conduziam armas que sabiam manejar com habilidade,

---

<sup>42</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 90. O autor referia-se ao empresário canadense Alexander Mackenzie, que contando com a ajuda de Percival Farquhar construiu a Light & Power. Demonstrando o entrelaçamento de interesses dos grupos internacionais, Charles Dunlop citou o fato de que a Alexander MacKenzie cabia responsabilidade de assinar os cheques da *Société Anonyme du Gaz*, empresa representada por Percival Farquhar, cuja direção técnica estava a cargo do engenheiro americano A. B. Slater. DUNLOP, Charles Julius. *Apontamentos para a História da Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1949, p. 71.

de vez que a fazenda não dispunha de outro meio de defesa contra ladrões de gado, que atravessando constantemente a fronteira da Bolívia, davam margem a refregas repetidas”<sup>43</sup>.

Localizada em região com “extraordinárias possibilidades para a criação de gado”, havia na fazenda, de acordo com a descrição de Roosevelt, cerca de 70 mil cabeças, curtume, açougue oficina de latoeiro, igreja e vários outros prédios “com todos os graus de conforto”, destinados a trinta ou quarenta famílias, além da grande e bela casa de dois pavimentos, na margem do rio, que entre limoeiros e flamboyants, exibia a brancura de suas paredes”<sup>44</sup>. No armazém, o ex-presidente norte-americano pôde constatar a existência de “pilhas de peles de onça, puma jaguatirica, jaguarundi, jaguar “e uma grande pele de lobo vermelho”, todas adquiridas de vaqueiros e “índios mansos” da região, cuja “matança bárbara e destruidora” ia, de acordo com o comandante Pereira da Cunha, a “mais de mil animais por ano!...”<sup>45</sup>.

Ao que parece, praticamente desde o início de seu funcionamento no Brasil, o Sindicato Farquhar foi alvo de forte oposição. Foi chamado de “máquina de sucção Farquhar” pelo ex-embaixador brasileiro em Washington Salvador de Mendonça, que o acusou de subornar “alguns dos nossos cidadãos de maior fama e goelas ainda maiores”<sup>46</sup>. Além disso, denunciou suas atividades na Amazônia: “O Sr. Farquhar [...], depois de haver por meio da Amazon Land Colonization Co.

---

<sup>43</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 89.

<sup>44</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., pp. 90 – 91.

<sup>45</sup> Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 64. Embora estranhando que, apesar de localizada no limite de fronteira com a Bolívia, a fazenda fosse controlada por estrangeiros, Pereira da Cunha não escondeu seu entusiasmo pela eficiência dos americanos em relação aos antigos proprietários europeus. Esse “colosso”, escreveu, possuía na época em que era controlada pelos belgas 500 mil cabeças de gado. Mas estes, “no afã de fabricar o seu produto [extrato de carne], estúpida e criminosamente abatiam tudo quanto repontava o rodeio sem olhar sexo nem idade; juntava-se a isso o roubo que, constantemente, praticavam na fronteira com a Bolívia, e que, segundo nos informaram [...], chegava a ser de mil cabeças por mês; pois ainda assim, após trinta anos de domínio belga e manutenção de tal regime, a nova companhia encontrou 60 mil cabeças, que não serão facilmente dizimadas, pois que, além de não prosseguirem na matança estúpida, mantém os novos proprietários [...] uma polícia ativa e numerosa, e capaz de evitar a continuação dos roubos”.

<sup>46</sup> MENDONÇA, Salvador de. *A Situação Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913, pp. 10, 11 e 19. Salvador de Mendonça referia-se, aqui, possivelmente, ao Barão do Rio Branco e seu Embaixador em Washington, Joaquim Nabuco. Estrela que brilhou intensamente nos primeiros anos da República, Salvador de Mendonça jamais escondeu sua amargura e antipatia pessoal pelo Barão, cuja diplomacia criticou violentamente. Relegado ao ostracismo, reivindicou o

se apoderado do Amapá e nele se fortificado, quando visse chegado o momento, pelo método que até hoje tem posto em prática, meteria em sua sacola os governos do Pará e do Amazonas e [...] o Acre, e associados proclamariam a independência da Amazônia, a qual seria reconhecida pelo governo de Washington, e depois era pegar-lhe como um trapo quente”. Todas as terras da Amazônia para o Norte, acrescentou, ficariam sob o “protetorado do americano e o Golfo do México e o Caribe seriam como um lago ianque”<sup>47</sup>.

Contra o Sindicato Farquhar e os monopólios estrangeiros também se levantou Alberto Torres, denunciando, em 1914, o suposto projeto de instalação, num momento em que a República atingia a maioria no país, de “colônias de mineração como as da África do Sul”, que exploravam o trabalho bruto dos “fellahins” e dos negros<sup>48</sup>.

Em linhas gerais, era essa a situação quando Theodore Roosevelt desembarcou no Brasil para realizar conferências e, posteriormente, adentrar o Mato Grosso e na Amazônia. Falando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em outubro de 1913, ressaltou:

Desejo ver aumentar o tráfego entre os Estados Unidos e todos os países sul-americanos: o essencial em tal intercuro é a capacidade de inspirar confiança. Portanto, de todos os pontos de vista, penso que os Estados Unidos devem agir escrupulosamente, de modo a inspirar confiança às repúblicas irmãs. É por isso que sinto especial orgulho nacional em haveremos desocupado Cuba duas vezes e em termos

---

pioneirismo no estreitamento das relações com Washington e acusou Rio Branco de, junto com Joaquim Nabuco, prostrar o Brasil aos pés dos Estados Unidos, potência hemisférica. “Quando, pois, o Barão do Rio Branco mandou o Sr. Joaquim Nabuco descobrir a América do Norte, ela já estava descoberta, medida e demarcada [...] Dos esforços combinados de Joaquim Nabuco e Rio Branco em favor das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, conheço apenas a célebre moção que à quarta Conferência Internacional Americana de Buenos Aires teve ordem de apresentar, em julho de 1910, a Delegação do Brasil, e em que Joaquim Nabuco queria que nós outros Latinos manifestássemos aos Estados Unidos o nosso “reconhecimento” pela doutrina de Monroe e o Barão do Rio Branco o nosso “aplausos” à dita doutrina. Às objeções da Argentina e do Chile devemos nós outros Latinos do Continente Americano não ter sido endossada tal doutrina nem agradecido e aplaudido esse protetorado, ofensivo de nossa dignidade de nações soberanas”. Cf. MENDONÇA, Salvador de. Op. cit., p. 255.

<sup>47</sup> Cf. MENDONÇA, Salvador de. Op. cit. pp. 28 – 30.

<sup>48</sup> TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Introdução a um Programa de Organização Nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 95.

intervindo em São Domingos puramente em benefício de São Domingos. Não há capítulo mais brilhante de nossa história do que o que registra esses feitos. Os Estados Unidos não desejam o território dos seus vizinhos: desejam sua confiança.<sup>49</sup>

É sob o aspecto da busca de “confiança” por parte das nações do continente, que os objetivos da Expedição Roosevelt e seu apelo científico se revelam, especialmente quando se sabe que a América Latina constituía um dos terrenos de predileção para as rivalidades culturais das potências internacionais.

É preciso lembrar, que no decorrer do século XIX, mais acentuadamente em sua segunda metade, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a ciência era apresentada como modelo e base para a organização do mundo. Em razão de seu “universalismo”, ela passou a ser vista como uma espécie de língua universal, capaz de favorecer as boas relações entre os países.

Coincidindo com o período, o surgimento dos Estados-nações foi nutrido pela emergência do nacionalismo e vice-versa, no bojo do qual também se verificou o crescimento do nacionalismo cultural ou científico, tanto mais forte porque vinha acompanhado de uma nova consciência a respeito da ciência nas relações de força entre as nações.

No final do século XIX, a ciência foi, progressivamente, sendo percebida pelas potências mundiais como um importante investimento para o desenvolvimento de seus impérios, para a influência política e econômica e para as relações de força entre elas. Noutros termos, pode-se afirmar que a ciência ganhava um aspecto utilitário, menos cultural e mais próximo da economia. Em consequência da Revolução Industrial, ela seria cada vez mais solicitada a contribuir com o desenvolvimento econômico, para o melhoramento da condição humana, para a expansão imperial e para a melhoria das relações de força entre as potências rivais. Não é de estranhar datarem dessa época a criação, na maioria dos chamados países desenvolvidos, de organismos destinados a promover o “irradiamento” intelectual, a língua, as relações científicas. Nas palavras de Rondon:

É preciso notar que era o ex-presidente um apaixonado pelos estudos de história natural. Quando no governo dos Estados Unidos dispensara especial aten-

---

<sup>49</sup> ROOSEVELT, Theodore. *Internacionalismo Americano*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913, p. 4.

ção ao Museu de História Natural de Nova York, mandando consignar forte dotação orçamentária, para prover às necessidades de um estabelecimento modelar.<sup>50</sup>

Aos poucos, os próprios conflitos entre as grandes potências iriam se traduzir por uma convocação da ciência para fins de propaganda, o que se verificaria particularmente durante a Primeira Guerra Mundial. Sob esse aspecto, o fim da partilha do mundo pode ser apontado como o último elemento a entrar em jogo. Além do uso das atividades científicas para marcar seu território e zonas de influência, a cultura, a ciência e, mais amplamente, as atividades intelectuais, foram utilizadas para criar redes de amigos que, esperava-se, assumissem o papel de grupo de pressão por ocasião de conflitos futuros.

Visto dessa maneira, não devem ser tomadas como casuais, mas sim como elementos carregados de profundo conteúdo simbólico, as referências feitas por Roosevelt a Rondon como “um bom naturalista, homem de ciência, estudioso e filósofo”, e vice-versa. Apesar do início da expedição ter sido marcado pela dificuldade de comunicação, “falávamos em inglês, português, mal francês, e alemão estropiado”, era a linguagem “universal” da cultura e da ciência que os unia em torno de um nível de “civilização”:

O coronel Rondon, airoso, elegante, ágil e marcial, compulsava um livro clássico de geografia astronômica. Padre Zahn lia uma novela de Fogazzaro. Kermit lia Camões e dois romances brasileiros: *O Guarani* e *Inocência*. Eu também me deleitava com *Quentin Durward*, Gibbon e a *Canção de Rolando*.<sup>51</sup>

Não obstante, a desconfiança foi a tônica que marcou a sua visita. Para muitos, o verdadeiro propósito da viagem que realizaria ao Mato Grosso, que tanto empenho vinha exigindo do governo, era unicamente satisfazer seu desejo de completar, “nas selvas do Brasil”, o ciclo de sua carreira de caçador iniciada no continente africano. Opinião, ao que tudo indica partilhada inclusive por Rondon, que apoiado nas notícias veiculadas pela imprensa a respeito da fama de caçador adquirida por Roosevelt desde sua viagem à África, teria observado ao ministro das Relações Exteriores só estar disposto a desempenhar a função para a qual

---

<sup>50</sup> Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 377.

<sup>51</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 111.

este o havia designado, mediante o compromisso de que a “excursão” não se resumiria a um “mero passeio de *sport* mais ou menos perigoso”<sup>52</sup>.

A interpretação não era de todo incorreta, observando-se, com base em alguns relatos pontuais, o enorme interesse de Roosevelt em relação a qualquer tipo de caça e por onças, em particular, revelado já no início da viagem quando de sua passagem pelas fazendas do pantanal mato-grossense. Conforme o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, ao saber que o governador do estado e Mato Grosso o aguardava, com grande comitiva, na fazenda São João, às margens do rio Cuiabá, onde lhe seria oferecida uma caçada, Roosevelt teria declarado a Rondon que “apesar de ser um homem da cidade e não um sertanejo, *não tinha ele nenhum medo do rio da Dúvida, mas estava com pavor da fazenda São João, por causa do protocolo, com qual seria muito difícil caçar-se...*”<sup>53</sup>.

Numa passagem do livro trazendo relatos de suas experiências como caçador em Mato Grosso, citou o comandante Heitor Pereira da Cunha, oficial da Marinha brasileira que durante treze dias teve a oportunidade de acompanhar os membros da Expedição Roosevelt - Rondon, que depois de ter abatido duas onças durante a caçada que lhe fora oferecida na Fazenda das Palmeiras, de propriedade do ex-governador de Mato Grosso, coronel Alves de Barros, “Roosevelt, que até então havia limitado seus conhecimentos de português à palavra ‘obrigado’ e à frase ‘mais café’, ampliou a aplicação do nosso idioma reclamando por duas vezes ‘mais onça’”<sup>54</sup>.

Noutra passagem de seu livro o comandante Pereira da Cunha relatou que ao entrarem no Taquari, a bordo do navio “Nioac”, “bandos enormes de tuiuiús, garças, colhereiros e outras aves orlavam as margens do pitoresco rio [...]; os jacarés pululavam por toda parte... Dentro em breve o navio transformou-se em corpo de atiradores contra esses animais; apareciam armas de todos os sistemas

---

<sup>52</sup> MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *A Obra Ciclóptica do General Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956, p. 14.

<sup>53</sup> Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de – Impressões..., op. cit., p. 214.

<sup>54</sup> Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 33. Durante a caçada nessa fazenda, localizada no pantanal do rio Taquari, várias onças foram perseguidas para que o tenente Luiz Thomaz Reis tentasse realizar tomadas para o filme Expedição Roosevelt. Uma descrição do episódio aparece em cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Impressões..., op. cit., pp. 56 - 69.

e calibres, e era uma fuzilaria contínua, ininterrupta, entrecortada de risadas, aplausos, troças e vaias”<sup>55</sup>.

Na versão de Rondon, o mesmo episódio ganhou aspecto bastante suavizado. A edificação de uma “lenda” de que Roosevelt visava a “glória mundial de caçador” teria, segundo ele, levado alguns brasileiros que acompanhavam a comitiva durante a subida do rio Paraguai, a se envolverem “em suposto concurso de tiro ao alvo”. A certa altura, “o mais *bravo* deles encontrou ensejo para bela façanha”, atirando numa biguatinga que “voava descuidosa” perto do navio. Não foi, entretanto, “felicitado”, explicou, “porque, para o Sr. Roosevelt, era imperdoável matar qualquer animal sem um objetivo”. No intuito de “remediar o mal feito”, o Nioaque parou a fim de que o pássaro abatido fosse apanhado e entregue aos taxidermistas<sup>56</sup>.

De todo modo, a versão oficial que os responsáveis pela Comissão procuraram reforçar a respeito dessa questão foi aquela, exposta por Rondon em 1916, segundo a qual as interpretações, comumente veiculadas à época, de que a vinda de Roosevelt ao Brasil possuía finalidades exclusivamente “cinegéticas”, constituíram “uma das maiores injustiças públicas” cometidas contra o estadista norte-americano, por pessoas “que se julgaram no dever de tomar para si o encargo de zelar pelos brios nacionais”, uma vez que as caçadas tinham por único objetivo satisfazer as necessidades do Museu de História Natural de Nova York, cujas coleções ainda estavam destituídas de exemplares do tamanduá, da onça brasileira e “do nosso tapir ou anta”<sup>57</sup>. Com isso, procurava-se reforçar a idéia de que a expedição baseava-se em princípios puramente “científicos”.

Num longo artigo intitulado “Roosevelt no Brasil”, publicado em 3 de outubro de 1913, o jornal mato-grossense *O Debate* dava indicações de outros elementos sobre os quais estava pautado aquele clima de desconfiança. Depois de informar que, apesar de estar “neste momento preocupado em disputar, com príncipes de sólida fidalguia o trono difícil da recente Albânia”, Roosevelt “muito gentilmente” havia aceitado

---

<sup>55</sup> Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 27.

<sup>56</sup> Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., pp. 381 – 382.

<sup>57</sup> Missão Rondon. *Apontamentos Sobre os Trabalhos Realizados Pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas Sob a Direção do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916, pp. 391 e segs.

o convite para visitar o estado de Mato Grosso, o articulista ridicularizava o plano da expedição, publicado no diário carioca *O Jornal*, em que, entre outras informações, o ex-presidente norte-americano destacava que traria “pouca roupa”:

Começam aqui as dificuldades que vamos sentir para homenagear o Sr. Roosevelt. [...] grifando bem que traz pouca roupa, como poderemos nós fazer-lhe as habituais festas aos estrangeiros que nos procuram? Se é assim, não será possível levá-lo a visitar a Câmara e o Senado: o Sr. Pinheiro Machado se verá coagido a lhe recusar o clássico almoço no morro da Graça, o almoço que deu a Clemanceau, a Pozzi, Mabilleanu; o Sr. Azeredo por sua vez, não poderá fazê-lo dançar a costumada e velha quadrilha francesa, em seus luxuosos salões abertos em sua honra. Um homem com tão pouca roupa! Como vai ser reduzido o programa, limitando-se, assim, ao Corcovado, Pão-de-Açúcar e Tijuca.

No mesmo tom irônico, expunha e comentava as exigências feitas ao governo brasileiro pelo visitante, como o fornecimento de informações sobre se devia andar a pé ou a cavalo de Corumbá até o Tapajós, canoas para descer esse rio, um guia reunindo as atribuições de intérprete e que, ao mesmo tempo, se incumbisse de auxiliá-lo no “arranjo de comestíveis” e outras necessidades; remadores; “gasolina a vapor” para o seu transporte ao rio Orenoco e outro guia para a parte final da viagem; e, finalmente, ser o chefe da expedição:

Jesus! Que homem complicado esse Sr. Roosevelt! Se o governo soubesse não o teria convidado, porque o nosso intuito era somente que ele viesse ao Rio e a São Paulo, cumprisse os seus deveres sociais [...], fizesse duas ou três conferências, visitasse os cafezais de São Paulo, e depois fosse para os Estados Unidos dizer, mediante razoável comissão, o que dissessem Ferrero, Doumer, Clemanceau, Paul Adam. Não é para outra coisa que fazemos convites para estrangeiros ilustres, mas nenhum deles se lembrou de pedir senão algumas centenas de francos. Agora quer o Sr. Roosevelt aqueles cinco difíceis presentes. Como vai o governo lhe informar se deve andar a pé ou a cavalo? Os senhores abem muito bem que a Repartição de Estatística não está aparelhada para esse fim. Vagamente se murmura que naquelas zonas anda-se mais a pé que a cavalo, e quando se anda a cavalo é a cavalo em boi, mas pode-se dizer ao futuro rei da Albânia que os cavalos de Mato Grosso são bois? Concordará ele com isso? Teremos canoas, teremos ‘gasolina a vapor’? E os comestíveis naquelas paragens, onde às vezes os homens civilizados - apesar do coronel Rondon - correm o risco de ser [sic] pratos excelentes para um banquete de índios? Confessar-lhe isso, é arriscar-se a uma contrapropaganda, como aconteceu com o Sr. Savage Landor.

Remetendo-se à controvertida figura do explorador inglês Walter Savage-Landor, o articulista evidenciava aquela que talvez tenha sido uma das principais preocupações dos responsáveis pela “Comissão Rondon”, em relação a mais essa expedição estran-



geira. Num momento em que os esforços estavam voltados para a construção de uma imagem positiva do interior do país e seus habitantes, pouco antes da chegada de Roosevelt ao Brasil Walther Savage-Landor publicou, em Londres, o livro *Across Unkdown South America*. Nesse balanço de sua viagem exploratória ao vale do Tapajós, o autor ressaltou inúmeros aspectos depreciativos da região, entre eles a indolência e a ignorância do nosso caboclo, a seu ver condenado a uma situação de estéril inferioridade, devido à mestiçagem e as influências do clima tropical <sup>58</sup>.

Tudo isso talvez justifique, em parte, o estrito controle exercido por Rondon e seus auxiliares, sobre as informações referentes à Expedição Roosevelt-Rondon. Respondendo à solicitação dos editores de incluir em *Missão Rondon*, primeiro livro de propaganda das “expedições” exploratórias Comissão Telegráfica, um capítulo referente à “descoberta” do rio da Dúvida, sob a alegação de que o tema seria pessoalmente tratado nas conferências que faria no teatro Fênix, Rondon prontificou-se a conceder uma entrevista onde, de acordo com o próprio repórter do *Jornal do Commercio* encarregado de realizá-la, “habitudo às manhas e negaças dos índios, conhecedor das sutilezas do espírito humano, só diria aquilo que realmente quisesse dizer”<sup>59</sup>.

“Houve quem afirmasse”, questionou o jornalista em certo ponto da entrevista, “que o Sr. Roosevelt viera ao Brasil com as mesmas idéias que para aqui têm trazido tantos estrangeiros ilustres: descobrir o nosso país e o nosso povo e revelá-los ao mundo, o primeiro como cenário de belíssimos quadros da natureza agreste, e o segundo como um composto de mestiços indolentes e boçais, incapazes de se constituir em nação civilizada...” A tal questionamento, respondeu Rondon que o ex-presidente da América do Norte “não descobriu o Brasil”, pois “não acompanha, nos seus processos, a turba-multa [sic] desses hóspedes ilustres, nem

---

<sup>58</sup> Foi intensa a campanha nacional desencadeada pelo Escritório Central da “Comissão Rondon”, no sentido de desqualificar a competência intelectual e os atributos morais desse “pseudo-explorador”, cujas “grosserias e falsas referências à nossa gente” eram atribuídas a um sentimento de vingança, em razão de ter sido ele abandonado, em plena selva, pelos guias que contratou. Ver a respeito Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Pelos..., op. cit., pp. 27-28 e 112-115; Cf. *Missão Rondon*, p. 409, e segs.

<sup>59</sup> Cf. *Missão Rondon*. Com o acompanhamento e o apoio do Escritório Central da “Comissão Rondon”, o livro condensava, num único volume, uma série de artigos publicados durante o ano de 1915 pelo *Jornal do Commercio*.

reforça o coro das malsinações que eles levantaram contra a índole, o caráter e a moralidade do povo brasileiro. Ele viu nossos patrícios trabalhando e com eles conviveu bastante tempo; pode, portanto, julgá-los com espírito de verdade e de justiça”. Mostra maior do estágio de civilização em que se encontrava o país teriam sido, segundo Rondon, as referências elogiosas por ele feitas à cidade do Rio de Janeiro, de seu ponto de vista não só “mais bela e iluminada do que Nova York, Paris, Londres e Washington, como também superior a essas cidades em polícia, higiene, limpeza e calçamento”, sendo Berlim “a única que se poderia gabar de possuir melhor higiene e limpeza mais cuidadosa”. Acrescentou, por fim, ter Roosevelt colocado no mesmo patamar de igualdade, o empreendimento da transformação “da velha cidade colonial que era o Rio de Janeiro na atual Capital da República”, e os esforços empregados para o “desbravamento do *Far West* brasileiro”<sup>60</sup>.

Das margens do rio Apa, onde Roosevelt e Rondon tiveram seu primeiro encontro, a São Luís de Cáceres, a viagem foi feita a bordo do paquete Nioaque. De Cáceres em diante, território definido por Roosevelt como o “cenário de atuação do coronel Rondon”, o trajeto seria feito a pé ou em canoas.

Iniciada no passo da linha telegráfica, na Chapada dos Parecí, a travessia da “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” pelo estado de Mato Grosso encerrou-se a 30 de abril de 1914, na confluência dos antigos rios Castanho e Aripuanã, chegando Theodore Roosevelt a Manaus com a saúde bastante abalada. Há, inclusive, quem afirme que sua morte, em 1919, teria ocorrido em consequência das seqüelas dessa viagem.

Ao longo de mais de 1.000 km do trajeto percorrido, além de inúmeros trabalhos de História Natural cujos estudos foram confiados aos especialistas do Museu Nacional, foram realizados os levantamentos dos ribeirões Festa da Bandeira, “descoberto” pela Comissão Telegráfica em 1912, e Diabase; dos rios Kermit, Marciano Avilla, Capitão Cardoso (ambos os nomes homenageando oficiais auxiliares de Rondon na Comissão Telegráfica), Taunay, 14 de Abril, Branco, Madeirinha, Machadinho (os três na zona de seringais em exploração), Aripuanã, que passou a ser considerado afluente do Dúvida pela margem direita, e não como rio princi-

---

<sup>60</sup> Cf. Missão Rondon, pp. 439 – 440.

pal como vinha figurando nos mapas, desde esta confluência até a sua foz no Madeira; e o próprio Dúvida, cujo levantamento teve início a 27 de fevereiro e que, como havia acontecido com o rio Kermit, Rondon, obedecendo a ordens superiores, renomeou de rio Roosevelt, hoje Teodoro. Sobre as cerimônias de “batismo” dos rios Kermit e Roosevelt assim se referiu, em seu livro, o ex-presidente norte-americano:

[...] um pequeno curso de água veloz e de volume igual ao rio da Dúvida no ponto em que iniciamos a viagem, vinha desaguar na margem esquerda. O coronel Rondon e Kermit foram os primeiros a descobri-lo e aquele deu-lhe o nome de Kermit. [...] ao havermos acampado na embocadura do rio Kermit, o coronel Rondon teve grande trabalho em assentar um marco na foz do pequeno afluente do rio da Dúvida. Feito isto, ele me convidou e aos demais companheiros para assistirmos à cerimônia de sua inauguração. Encontramos os camaradas em fila e o coronel se preparou para ler a ‘ordem do dia’. Pregada no marco via-se uma tabuleta com os seguintes dizeres: ‘Rio Kermit’. Então o coronel leu que, de ordem do Governo brasileiro e considerando que o ignorado curso d’água era evidentemente um grande rio, ficaria sendo denominado ‘rio Roosevelt’. Foi para mim uma surpresa, pois tendo sido consultado a este respeito por Lauro Müller e pelo próprio coronel Rondon, havia insistido, assim como Kermit, peremptoriamente que se mantivesse o nome de rio da Dúvida. [...] Aqueles bons amigos, porém, não me quiseram atender e seria, portanto, uma grosseria de minha parte continuar a objetar. [...] No final da leitura, o coronel deu viva aos Estados Unidos, a mim e a Kermit, no que foi calorosamente acompanhado pelos presentes. Nessa ocasião, também eu dei três vivas ao Brasil e depois ao coronel Rondon, ao tenente Lira, ao médico e aos camaradas. Então o tenente Lira lembrou que todos tinham ganho vivas, com exceção de Cherrie e por isso, todos nós erguemos três vivas a ale. A cerimônia terminou na maior alegria.<sup>61</sup>

George Cherri seria homenageado com mais do que os três vivas, que lhe foram oferecidos na ocasião. Seu nome também passou a figurar num dos ribeirões localizados à margem esquerda do rio Roosevelt, transformando-se, com isso, no único membro da comissão americana a receber tal homenagem, exceção feita aos dois mais ilustres representantes da mesma. Repetia-se no Brasil, portanto, o que ocorrera na Venezuela, quando este polêmico personagem teve seu nome imortalizado numa espécie local de tordo.

---

<sup>61</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. *Nas Selvas...*, op. cit., pp. 179 – 181.

Mais importante que as tão propaladas “descobertas” realizadas durante a “Expedição Roosevelt-Rondon”, as quais certamente deveriam acontecer em razão da intensa atividade da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas naquela área, foi a polêmica nacional que o evento suscitou antes, durante e depois de sua realização, assim como o seu impacto internacional, fazendo com que, a partir daí, a figura e os feitos de Rondon passassem a ser conhecidos também fora do Brasil.

Além da publicação nos Estados Unidos, em novembro de 1914, de *Trough the Brazilian Wilderness*, nesse mesmo ano Roosevelt realizou conferências sobre o tema na Sociedade de Geografia de Nova York, ocasião em que recebeu, em nome de Rondon, o Prêmio Livingstone ofertado por aquela entidade. Em seu discurso durante a cerimônia de premiação, afirmou Roosevelt que a “América pode apresentar ao mundo as suas realizações ciclópicas: ao Norte a abertura do canal do Panamá; ao Sul, a obra de Rondon - científica, prática e humanitária”<sup>62</sup>.

Num livro “aberto à curiosidade dos visitantes” da mesma Sociedade de Geografia de Nova York, passaram a figurar com letras de ouro cinco nomes: Amundsen - o descobridor do Pólo Sul; Peary - o descobridor do Pólo Norte; Charcot - o explorador que mais devassou terras árticas; Byrd - o explorador que mais devassou terras antárticas; Rondon - o explorador que mais se avantajou em terras tropicais, onde também foi descobridor. De outra parte, um busto de Rondon talhado em bronze foi colocado à entrada do Museu Theodore Roosevelt, em Nova York<sup>63</sup>.

Sob o patrocínio da *National Geographic Society*, em 1915 o filme *Sertão de Mato Grosso* permaneceu oito dias em cartaz na *Broadway*. Em seguida, os cinemas norte-americanos exibiram *Expedição Roosevelt* e uma versão reduzida de *De Santa Cruz*. Em 1918, *Sertões de Mato Grosso* e *De Santa Cruz* foram projetados durante as conferências proferidas por Roosevelt, no *Carnegie Hall*. No decorrer desses anos, Roosevelt também divulgaria sua experiência no Brasil, em conferências realizadas pela Europa. Numa delas, em companhia do próprio Rondon, questionou-se, a respeito do rio da Dúvida, que os portugueses

---

<sup>62</sup> Cf. COUTINHO, Edilberto. Op. cit., p. 121.

<sup>63</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 236, julho/ setembro de 1957, pp. 470 – 471.

eram há muito conhecedores de sua barra, ao que Roosevelt teria se antecipado afirmando: “Só a barra era conhecida, isto é, alguns poucos quilômetros dos seus 1.500 quilômetros de curso”<sup>64</sup>.

No âmbito interno, foram inúmeras as manifestações “exercitadas por condenáveis paixões de mal compreendido nacionalismo”<sup>65</sup>, objetivando contestar a veracidade, anular ou reduzir “o mérito do descobrimento realizado”, todas elas refutadas através de artigos veiculados pela imprensa, pelo então chefe do Escritório Central da “Comissão Rondon”, capitão Amilcar Botelho de Magalhães. Em longo artigo publicado na edição de 31 de março de 1915 do diário carioca *O Paiz*, explicou o oficial:

O rio da Dúvida continuou a ser um ponto de interrogação, desde 1909 até 1914; e o melhor e mais moderno mapa do Brasil, para a confecção do qual foram aproveitados os trabalhos até então realizados pela Comissão Rondon [...] ainda pontuava o curso do rio da Dúvida descarregando suas águas sobre o rio Ji-Paraná ou Machado. Quando o Sr. Roosevelt e o Cel. Rondon embarcaram em canoas para explorar o rio da Dúvida, tanto ainda era verossímil a hipótese de que poderia ir ele ao Ji-Paraná, que o Cel. Rondon destacou pequena turma de canoeiros [...] para que perpassassem outras no rio Ananaz, prevenido o caso Dúvida lançar-se no Ji [sic], o que reduziria a parte desconhecida ao percurso de quatro dias de descida, provavelmente, tão próximos eram ali os dois vales, o do Ji [sic] e o do Dúvida. [...] O nome Dúvida proveio justamente da discussão das três hipóteses: ir ao Ji [sic], ao Aripuanã ou ao Tapajós, nenhuma delas era absurda, pois que naquele núcleo de cabeceiras desvendadas pelo Cel. Rondon, [...], partiam realmente, [...], águas do Juruena, águas do Roosevelt, águas do Ji-Paraná ou Machado. E esse núcleo de cabeceiras, entre as quais estava a do rio da Dúvida, foi tão difícil de interpretar, geograficamente falando, que exigiu 52 dias de estudos acurados e contínuos, e explorações parciais para determinar-lhes as posições relativas, desafiando ainda assim a argúcia do Coronel Rondon, pois é sabido que ele próprio eliminou depois, hipóteses tidas, no início, como verossímeis.<sup>66</sup>

Colocadas essas explicações preliminares, desafiava o capitão Amilcar:

Se colocássemos qualquer cidadão nacional ou estrangeiro naquele labirinto de cabeceiras, onde nenhum civilizado até então penetrara, poderíamos desafiar a que, de

---

<sup>64</sup> Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 423

<sup>65</sup> Cf. MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de. Pelos..., op. cit., p. 186.

<sup>66</sup> MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de – “O rio da Dúvida. Refutação incontestável de um membro da Comissão Rondon”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 31 de março de 1915.

antemão nos dissesse quais desses rios iriam ao Aripuanã, quais ao Ji-Paraná (mais para Oeste), quais ao Tapajós (mais para Leste); assim como ninguém, posto que muito sábio em questões de geografia, seria capaz de dizer, colocado na foz do Castanho (ou Castanha, segundo outros), onde estariam localizadas as suas cabeceiras, antes que a Expedição Roosevelt as houvesse assinalado.<sup>67</sup>

Em meio a essa polêmica, parecia crescer mais do que o desejado, aos olhos dos responsáveis pela “Comissão Rondon” a importância dada ao público em geral para o que havia sido realizado durante a Expedição Roosevelt-Rondon, na realidade mais uma - e menos perigosa do que haviam sido as explorações ocorridas entre 1907 e 1909 - das rotineiras expedições de “reconhecimento” levadas a cabo pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Além disso, o mesmo homem de estado que “assumira a responsabilidade positiva” de sua célebre frase “*I took the Panama*”, assumia agora, publicamente, em suas conferências a frase: “*I put the river in the map*”<sup>68</sup>. Diante disso, sob a coordenação do Escritório Central da “Comissão Rondon” desencadeou-se, a partir de 1915, uma ampla campanha de divulgação das atividades da Comissão no Noroeste do país, que se transformaria na base da construção da imagem heróica de Rondon.

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>68</sup> Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. A Obra..., op. cit., pp. 16 – 17.